



**Ata da quarta reunião da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos
Precatórios Judiciais.**

Em 1º de março de 2023, às 10:00 horas, realizou-se reunião ordinária da **Comissão de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais**, participaram da reunião os seguintes membros:

ANA PAULA CERRATO TAVARES – Presencial

DOMINGOS PIRES DE MATIAS – Presencial

FABIO SCOLARI VIEIRA – Presencial

FELIPE OPPENHEIMER PITANGA BORGES – Online

FELIPPO SCOLARI NETO – Presencial

FRANCIS MENDES PIVA – Presencial

HEITOR CORNACCHIONI – Online

JOÃO PAULO GUIMARÃES DA SILVEIRA – Online

JOSÉ EDUARDO - Presencial

LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM – Presencial

LUIZ DE ALMEIDA BAPTISTA NETO – Online

MARILIA DIAS PEREIRA - Online

MIRIAM DIAS PEREIRA DA COSTA - Online

REYNALDO SANGIOVANNI COLLESI – Presencial

TALLULAH CARVALHO – Online

VICENTE RENATO PAOLILLO – Online

VITOR AUGUSTO BOARI - Presencial

Pauta: Livre

Reunião Ordinária: Modalidade híbrida

Com o início da reunião foram prestados os seguintes esclarecimentos pela Comissão e pelo Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca):

- 1-) nomeação de 20 novos escreventes para integrar a UPEFAZ, além da contratação de mais 15 estagiários via CIEE;
- 2-) em relação a Diretoria de Execuções de Precatórios (DEPRE) foram apontados problemas operacionais para a efetivar a liberação dos créditos diretamente na conta dos advogados em processos que foram realizados acordos com o Município de São Paulo;
- 3-) foi também relatado problema em relação aos pagamentos dos acordos com realizados com o Estado de São Paulo, sobretudo na questão cronológica, na medida em que não está sendo observada a sequência dos lotes encaminhados;
- 4-) foi informado que está sendo testado um projeto piloto em relação a instauração de incidente próprio para cessão de crédito e habilitação de herdeiros para facilitar o andamento dos demais credores;
- 5-) outro problema apontado foi em relação a demora de aproximadamente um ano para a disponibilização do link do depósito. A

DEPRE pretende automatizar o procedimento. Assim que noticiar o pagamento também irá disponibilizar o link de depósito em cada respectivo processo;

6-) a UPEFAZ está pleiteando mais juízes para o setor;

7-) a comissão encaminhou ofício à Procuradora Geral do Município para tratar de questões relacionadas ao pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPV), dos precatórios e sobre o acordo;

8-) também será encaminhado ofício ao Governador para tratar da questão do aumento do teto da Requisição de Pequeno Valor e solicitar mais recursos para o pagamento dos precatórios;

9-) oficiará também a comissão fiscalizatória do exercício regular de atividade para apuração de escritórios que realizam cessão de crédito sem observar as regras previstas no estatuto dos advogados e no Código de Ética e Disciplina;

No âmbito da Justiça do Trabalho foram discutidos e prestados os seguintes esclarecimentos:

1-) o Sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios (GPREC) está sendo ajustado para que ocorra a integração com o PJE;

2-) O SISCONDJ, sistema utilizado para a liberação de mandado de levantamento eletrônico direto na conta do advogado cadastrado no processo, está funcionando de forma satisfatória nos casos de acordo;

3-) Foi mencionado o redirecionamento do valor residual constante na conta 2 para o pagamento da ordem cronológica. Estima-se que com o valor destinado irá quitar o exercício de 2008 e ingressa no ano de 2009;

4-) A comissão irá oficiar o Ministério Público do Trabalho para que tome providência em relação a exposição dos dados e valores de credores que foram vítimas de golpe. O sistema PJE permite a identificação dos usuários que acessam o processo. Tal procedimento pode facilitar eventual investigação. O ofício será feito pelo Dr. REYNALDO COLLESI.

Encerrou-se a reunião às 11:30, com a assinatura dos presentes na lista entregue à Secretaria das Comissões.

FELIPPO SCOLARI NETO

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais

FABIO SCOLARI VIEIRA

Secretário da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais